

20 OUT 1995

Congresso
Deputados e senadores da legislatura passada estão recebendo uma intimação judicial, decorrente de uma ação popular impetrada por uma entidade paulista, exigindo que devolvam o que receberam entre fevereiro e abril do ano passado, durante a revisão constitucional. O presidente da Câmara, Luís Eduardo, mandou que o corregedor-geral, Bonifácio Andrada, seja duro e impiedoso, se possível pedindo punição do advogado, por duas leviandades. Na revisão houve obstrução, mas não ausência em massa. E depois, sessões mistas do Congresso (como aquelas) nem são remuneradas.

O GLOBO